

**A ARGÉLIA E A LUTA DE LIBERTAÇÃO
ANGOLANA:**
Debates sobre a solidariedade anticolonial

**ALGERIA AND THE ANGOLAN LIBERATION
STRUGGLE:**
Debates on anticolonial solidarity

CAIO SOUZA MANZOLI¹

Data em que o trabalho foi recebido: **25/11/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **30/04/2026**

¹ Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: caio.manzoli.souza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4575-0673>.

A ARGÉLIA E A LUTA DE LIBERTAÇÃO ANGOLANA: debates sobre a solidariedade anticolonial

RESUMO

Após o término da extensa Guerra de Libertação Argelina, o recém-independente país iniciou uma política de apoio às nações ainda sob domínio colonial. Nos primeiros discursos oficiais do então presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella, anunciou-se entusiasticamente que a nação norte-africana empreenderia um papel direto na promoção da libertação do continente africano. Nesse contexto, a capital Argel tornou-se uma espécie de centro do terceiro mundo, recebendo refugiados, realizando treinamentos em táticas de guerrilha e hospedando bureaux de diversos movimentos revolucionários, em especial africanos. Esta política fez com que o país recebesse, de Amílcar Cabral, a alcunha de Meca das Revoluções. Deste período, destaca-se a ênfase dada pelo governo argelino, no imediato pós-independência, à luta anticolonial angolana como um dos âmbitos centrais de sua atuação. A presente pesquisa busca problematizar a posição da Argélia no contexto terceiro-mundista, tendo como objeto de estudo o apoio aos movimentos de libertação atuantes em Angola. Esta análise propõe como hipótese que o suporte argelino exerceu um importante papel na fase inicial da Guerra Anticolonial de Angola. Ademais, as motivações do país norte-africano explicam-se principalmente por um projeto político de protagonismo da Argélia nas relações interafricanas. Para alcançar os objetivos, foram articulados os relatos de militantes angolanos que estiveram em Argel na década de 60, relacionando-se diretamente com membros da Frente de Libertação Nacional (FLN), da Argélia; os discursos oficiais de Ben Bella e Houari Boumediene; e relatórios - de viagem ou militares - de combatentes angolanos, que tratam da interação com os argelinos.

Palavras-chave: Argélia; Terceiro Mundo; colonialismo; Angola.

ALGERIA AND THE ANGOLAN LIBERATION:

debates on anticolonial solidarity

ABSTRACT

After the conclusion of the extensive Algerian War of Liberation, the newly independent country initiated a policy of support for nations still under colonial rule. In his early official speeches, Algeria's then-president Ahmed Ben Bella enthusiastically announced that the North African nation would take on a direct role in promoting the liberation of the African continent. In this context, the capital, Algiers, became a sort of Third World hub, hosting refugees, organizing guerrilla tactics training, and accommodating bureaus of various revolutionary movements, particularly African ones. This policy earned the country the nickname "Mecca of Revolutions" from Amílcar Cabral. From this period, particular emphasis is noted on the Algerian government's focus, in the immediate post-independence era, on the Angolan anti-colonial struggle as a central aspect of its actions. The present research aims to analyze Algeria's position within the Third World context, focusing on its support for liberation movements operating in Angola. The hypothesis proposed is that Algerian support played a significant role in the early stages of the Angolan Anti-Colonial War. Furthermore, the motivations of the North African country can be explained primarily by Algeria's political project to assert leadership in inter-African relations. To achieve these objectives, the study incorporates accounts from Angolan militants who were in Algiers during the 1960s and interacted directly with members of Algeria's National Liberation Front (FLN), official speeches by Ben Bella and Houari Boumediene, as well as travel and military reports by Angolan combatants addressing their interactions with Algerians.

Keywords: Algeria; Third World; colonialism; Angola.

INTRODUÇÃO

À primeira vista, a relação entre Argélia e Angola é pouco intuitiva. Tratam-se de países culturalmente distintos e geograficamente distantes, embora ambos estejam na África: Argélia no Magreb e Angola na África Austral. O conceito de raça, comumente utilizado para tratar da unidade africana, não é fator comum entre argelinos e angolanos. Religião e linguagem também são divergências e não similaridades. Um fator, entretanto, é comum: ambos estavam, desde o terço inicial do século XIX, sob dominação colonial.

Sob o discurso humanista, prometendo levar os valores da civilização ocidental aos povos africanos, potências europeias, incluindo França e Portugal, avançavam África adentro, conquistando territórios e expandindo suas zonas administrativas (COOPER, 2005, p. 215-217). Por meio de um modelo baseado na sistemática racialização, subjugação e negação do outro, um novo continente foi inventado e, em grande medida, as estruturas sociais e produtivas existentes foram manipuladas para atender os interesses metropolitanos (FANON, 2022, p. 29).

Na Argélia, ao decorrer da década de 50, a Frente de Libertação Nacional (FLN) se estabeleceu como força principal na luta anticolonial, defendendo a plena independência do país magrebino por meio da ofensiva armada. O grupo formou-se a partir da união de diversos movimentos independentistas já existentes, socialistas e tradicionalistas. Em comum, além da cultura islâmica, tinham o objetivo de libertação da autocracia francesa, e para tal a adesão à frente da FLN se mostrou um preço que estavam dispostos a pagar (PRASHAD, 2008, p.120).

O encontro da História colonial de argelinos e angolanos ocorre primeiro a partir do contato entre seus respectivos colonizadores. Esse elo foi tangenciado pelo compartilhamento de estratégias de contra-insurgência desenvolvidas pela França em suas colônias, inicialmente na Indochina e continuada na Argélia (DUARTE-PLON, 2016, p.34), e sua subsequente transmissão a Portugal, conferindo-lhe ferramentas para enfrentar as guerrilhas das lutas de libertação em suas próprias possessões ultramarinas (LARA, 2006, p. 312). O intercâmbio de táticas e conhecimentos entre potências coloniais ressalta as conexões dos diferentes modelos colonialistas para a manutenção de seus domínios.

Em contrapartida, se a contrainsurgência compartilhava informações e se organizava, a insurgência realizava movimento similar. A relação entre a FLN e os movimentos de libertação angolanos começa antes mesmo da independência do país magrebino, com os treinamentos militares sendo realizados de forma regular pelo menos desde 1958, em regiões fronteiriças com o Marrocos e

a Tunísia (LARA, 2006, p. 450). Apesar das limitações que a guerra em solo argelino implicava, os relatos de guerrilheiros angolanos treinados por oficiais da FLN neste período atestam um apoio já relevante no final da década de 50.

Os principais beneficiários desses treinamentos eram a União das Populações de Angola (UPA) e o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), respectivamente. Se o movimento de unificação da luta anticolonial para a ofensiva armada foi relativamente bem-sucedido na Argélia, em Angola a criação de uma frente única se mostrou difícil. No final da década de 50, período anterior à vitória da FLN na guerra argelina, a UPA era o principal movimento de libertação no país. Liderados por Holden Roberto, tinham grande presença no campo e em sua base de apoio o grupo etnolinguístico bakongo, população do norte da Angola. Já o segundo maior agrupamento revolucionário, o MPLA, possuía uma composição mais diversa de seus quadros, incluindo brancos e mestiços, e congregando correntes nacionalistas compostas por residentes da colônia e da metrópole europeia, fatores que dificultaram (BITTENCOURT, 2002, p.58).

A figura central na relação entre argelinos e angolanos, no momento anterior à independência foi Frantz Fanon, psicanalista e filósofo martinicano, que atuava como médico psiquiatra na Argélia desde 1952. Posteriormente, se juntou oficialmente à luta argelina, assumindo o posto de porta-voz do Governo Provisório Revolucionário da Argélia (GPRA) em eventos internacionais (YAZBEK, 2010, pp.60-62). Fanon, que a esta altura já havia produzido diversos escritos sobre o colonialismo, adquirindo prestígio como ideólogo da luta anticolonial, atuava efusivamente na defesa do início da luta armada em outras regiões do continente africano, especialmente em território angolano, onde acreditava já haver as condições necessárias para o combate direto. Nesse contexto, jamais escondeu sua preferência por Holden Roberto e seu grupo, que afirmava ser o mais capaz para mobilizar as massas camponesas, em contraste à sua visão do MPLA como movimento de garotos da cidade, de pouca relevância na população angolana (TELEPNEVA, 2022, p.50).

A década de 50 marcaria ainda a consolidação da tentativa do terceiro mundo de estabelecer uma política própria, de não alinhamento com o regime bipolar mundial da Guerra Fria. A conferência de Bandung, de 1955, reuniu 29 países, majoritariamente da África e da Ásia, e consolidou as bases para um novo esforço de conjugação em prol da soberania territorial e o apoio à autodeterminação dos povos, além da formação de uma rede de apoio entre esses países.

Após 7 anos de conflitos armados, a França e o GPRA avançaram nas negociações em direção à independência argelina. As discussões de Evian, ocorridas em contexto de elevada pressão, dentro e fora da esfera francófona, culminaram em um conjunto de acordos firmados em 18 de março de

1962, e, em julho do mesmo ano, a Argélia teria finalmente sua independência. Os acordos, entretanto, foram custosos aos argelinos, especialmente na esfera econômica, onde a França manteve o controle de boa parte dos setores mais lucrativos do país (YAZBEK, 2010, p. 70).

Outrossim, o saldo da guerra era brutal, com estimativas que variam entre 400 mil e 1 milhão de mortos (BYRNE, 2016, p.1). Além das perdas humanas, a guerra afetou profundamente a estrutura econômica argelina: fábricas e terras produtivas haviam sido destruídas por colonos ao perceberem a derrota iminente, e precisavam ser recuperadas e reorganizadas. Não obstante, a Argélia independente se defrontava com a falta de um projeto sólido de país, precisando lidar com a pluralidade de facções que compunham a ampla frente revolucionária e agora, com o inimigo comum fora do horizonte, aspiravam diferentes modelos de nação (PRASHAD, 2008, p.123).

Ahmed Ben Bella, um dos líderes e fundadores da FLN, emergiu como uma figura de destaque durante o processo de independência da Argélia. Nome mais conhecido entre os argelinos, sua trajetória culminou na ascensão à posição de primeiro presidente da nação recém-independente (MERLE, 1967, p. 38). Em seus primeiros discursos após a conquista da independência, Ben Bella proferiu promessas de apoio a países ainda sob domínio colonial, direcionando sua atenção particularmente para Angola. Sua atuação na política externa o colocou em destaque, solidificando seu papel ao lado de líderes como Gamal Abdel Nasser e Nkrumah, na vanguarda do movimento terceiro-mundista (GLEIJESES, 2002, p.39).

Em Angola, na década de 1960, o MPLA e a UPA vivenciavam realidades opostas. Internacionalmente, o grupo liderado por Holden Roberto ganhava destaque com o reconhecimento do seu Governo de Resistência de Angola no Exílio (GRAE), pela Organização da Unidade Africana (OUA), como representante de Angola. Como resultado, o apoio financeiro do Comitê de Libertação da África, uma divisão da OUA, estava direcionado exclusivamente para o GRAE. Paralelamente, o MPLA enfrentava uma crise interna significativa e a pressão crescente para se unir ao grupo liderado por Roberto (BITTENCOURT, 2002, p.120). Nesse contexto, a Argélia desempenhava um papel notável, embora pouco destacado pela historiografia, ao continuar fornecendo apoio material ao MPLA, mesmo sendo favorável à ideia de uma frente unificada em Angola (MORTIMER, 1970, p.315).

É nesse momento de formação da Argélia independente que a relação com os movimentos de libertação no continente africano se acentuaria, e a cidade de Argel tornaria-se a capital do terceiro mundo, passando a ser conhecida como “Meca das revoluções”, devido ao elevado fluxo de militantes que se encontravam no país, assim como a criação de *bureaus* de diversos movimentos

revolucionários no período, como o MPLA, a UPA, a Frente de Libertação de Moçambique, os Panteras Negras, etc. Entretanto, como o presente artigo busca argumentar, o papel do país norte africano vai muito além do recebimento de exilados, um dos principais focos da historiografia, exercendo um relevante impacto com envio de armamentos, emissões de passaportes, treinamentos de guerrilha e envio de voluntários.

As motivações da Argélia em atuar fortemente em apoio a outros movimentos de libertação, em um período de evidente fragilidade econômica e social que o pós-guerra implicou, têm sido alvo de pouca atenção da historiografia brasileira. A bem dizer, apesar do crescimento da produção acadêmica no Brasil sobre a História da África, as pesquisas de enfoque na Argélia são menos quantitativas, sobre principalmente a Argélia independente, foco desta pesquisa. O apoio aos movimentos angolanos, especialmente, costuma ser abordado colateralmente, muitas vezes subestimando o impacto do suporte material ao passo da simultânea supervalorização do suporte político. Ainda, as reflexões sobre os motivos da aplicação de tal política, de forma geral, caminham no sentido de um nacionalismo argelino fortemente forjado no anticolonialismo, visão que tem sido progressivamente confrontada por trabalhos recentes ainda não publicados em língua portuguesa. Ademais, entender a política externa argelina é essencial para compreender de forma plena os desdobramentos e as particularidades do terceiro mundismo no continente africano. Nesse sentido, o apoio aos angolanos em sua luta contra o regime colonial português demonstra-se importante para entender a importância das relações internacionais intra-africanas nos processos de independência do século XX.

A CAPITAL DO TERCEIRO MUNDO

Ahmed Ben Bella tornou-se o primeiro presidente da Argélia livre no final de 1962. A FLN, agora responsável por gerir o governo argelino, tinha a missão de reconstruir o país, devastado pelos longos anos de guerra. Nos primeiros discursos oficiais como Chefe de Estado, a política externa de solidariedade anticolonial iniciada durante a guerra de libertação teria continuidade e se proporia a sair da esfera do discurso. A questão angolana teria ênfase nas falas de Ben Bella, como vemos a seguir:

Bem, direi simplesmente o que venho repetindo há algum tempo. Ou seja, que tanto o meu governo como o Povo Argelino estamos com os militantes e combatentes angolanos na sua luta de libertação. [...] Nós assumimos inteiramente as nossas responsabilidades. E eu disse isso ao Presidente KENNEDY. Eu avisei-o: disse-lhe que se a ONU não assumisse as suas responsabilidades em 1963 para parar esta guerra para garantir a independência e o direito à

autodeterminação do povo Angolano, a Argélia tomará essa responsabilidade e ajudará os Movimentos de Libertação na sua luta armada. Se for o caso, -enviaremos voluntários, técnicos e financiaremos essa guerra, essa luta. Pois nós queremos -igualmente defender a nossa sagrada libertação e, sobretudo, os frutos desta luta de libertação que temos de conduzir, quero dizer, o desenvolvimento deste país, o qual não será possível se a África não prosseguir e se encaminhar para os mesmos objetivos políticos, as mesmas opções políticas. Assim, se necessário for, assumiremos as nossas responsabilidades e enviaremos voluntários e técnicos para participarem na luta armada em Angola. Pois isso significa liquidar de uma vez por todas essa besta peçonhenta que é o colonialismo português em Angola e onde quer que ele se encontre em África (LARA, 2008, p.485).

Poucos meses depois da oficialização de Ben Bella como liderança do país magrebino, em mensagem direcionada aos combatentes angolanos, a Argélia preocupava-se em expor publicamente que não recuaria na ajuda às lutas de libertação, especificamente em Angola. O encontro de Holden Roberto, no início de 1963, com o presidente argelino, teria como resultado a materialização das promessas feitas, com o envio de armas e financiamento de seu grupo. Pouco tempo depois, foi a vez de Mário de Andrade, do MPLA, viajar para Argel e encontrar-se com Ben Bella e, algumas semanas depois, a mesma política de apoio foi estendida para o MPLA (MORTIMER, 1970, p.371).

Na conferência que consolidou a fundação da Organização da Unidade Africana, em Addis Abeba, a Argélia reforçou seu posicionamento, defendendo a criação de um comitê para a libertação do continente africano. Na ocasião, Ben Bella apelou aos demais países africanos pela criação do que chamou de ‘‘banco de sangue’’, referindo-se ao envio de armamentos e combatentes para os movimentos ativos na luta armada, novamente citando nominalmente Angola (OUA, 1963). Na impressão de um jornalista francês presente, exposta no trabalho de Piero Gleijeses, o discurso apaixonado de Ben Bella, que envolveu lágrimas e murros na mesa, foi a maior demonstração até então do senso de unidade africana. Ainda, na análise do Departamento de Estado estadunidense, nenhum outro líder fora capaz de mobilizar a conferência como o argelino, nem mesmo o egípcio Gamal Abdel Nasser - outro forte porta-voz da unidade africana (GLEIJESES, 2002, p.39). No fim do primeiro encontro da OUA, a Argélia se colocava em posição de liderança no movimento de libertação do continente africano.

AS MOTIVAÇÕES ARGELINAS: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Paralelamente aos posicionamentos públicos, realização de treinamentos militares e envio de combatentes, a Argélia abria as portas para refugiados de diversas partes do globo. Argel passou a

hospedar *bureaus*² de grupos como MPLA, FNLA, FRELIMO e Black Panthers, assim como oposicionistas dos regimes de Salazar, em Portugal, e Franco, na Espanha. Além disso, a capital argelina tornou-se a principal rota para exilados que tinham como destino final Paris, caso de alguns brasileiros contrários à Ditadura Militar de 64. Por essa política, já em 1963, Argel ganhou a alcunha de “meca revolucionária”, sendo importante local de encontro de personalidades e ideologias do terceiro mundo.

O porquê de a Argélia adotar tais políticas no imediato pós-independência deve ser alvo de análise. Na fala de lideranças como Ben Bella e Houari Boumediene, a defesa do pertencimento da Argélia ao movimento pan-africanista e pan-arabista, de forma concomitante, aparecia repetidamente. Mais do que pertencer, na fala dos oficiais, a referência à missão argelina, isto é, ajudar a África e o mundo árabe na luta de libertação contra o imperialismo, ocorria de forma constante.

Sobre a produção historiográfica existente acerca do tema, o historiador Mustafa Yazbek é responsável por um dos primeiros trabalhos que abordam a Revolução Argelina no Brasil (YAZBEK, 1983). O autor busca analisar a formação do nacionalismo argelino, pautado na resistência aos costumes árabes ante ao colonialismo francês, e entender o longo processo que culminou na guerra de libertação mais sangrenta do continente africano. Apesar de o trabalho de Yazbek não ter enfoque direto no pós-independência argelino, a influência de sua obra em outras produções no Brasil é notável, tornando o autor incontornável para quem deseja estudar o país magrebino em língua portuguesa.

Uma das teses recentes que possui Yazbek como grande referência é a de Fábio Lucas da Cruz, que busca entender a importância de Argel, capital da Argélia, para brasileiros refugiados da Ditadura Militar (CRUZ, 2016). A sua tese ganha relevância por ser capaz de mostrar concretamente Argel como rede de relações entre grupos revolucionários do chamado terceiro mundo. O grande objetivo da pesquisa de Cruz, entretanto, é analisar o papel exercido pelos refugiados brasileiros durante o exílio na capital argelina. Desse modo, a sua preocupação reside mais em entender um processo da ditadura militar brasileira do que a Argélia pós-independente, que aparece em seu trabalho com conclusões bastante similares às de Mustafa Yazbek. Ademais, sua análise sobre as razões para Argel ter assumido esse papel no terceiro mundo está bem próxima do discurso oficial argelino, ressaltando a presença da luta anticolonial na formação da identidade do país e a suposta “missão da Argélia” de lutar contra o colonialismo na África e no mundo.

² Termo francês para escritório

Esta tese do anticolonialismo na formação nacional da Argélia como mote da política de apoio do país se popularizou em língua inglesa por meio de trabalhos da ciência política, como de Robert Mortimer (MORTIMER, 1970). Em sua análise, Mortimer destacou a existência de um senso de responsabilidade dos dirigentes da FLN para com a libertação do continente africano, um legado da independência argelina, expresso em seus discursos na OUA, onde repetiam que a Argélia possuía uma missão histórica de luta contra o colonialismo. Esta linha de entendimento, em grande medida, ainda reverbera em publicações recentes sobre o tema, especialmente em língua portuguesa.

Uma exemplificação possível é o autor português Diogo Silva Cancela, que analisa, assim como Fábio Cruz, a política de solidariedade da Argélia independente, oferecendo uma leitura similar do anti-imperialismo argelino conectada à formação da nação e do contexto do Movimento dos Não-Alinhados (CANCELA, 2014). Em sua tese, apesar do nacionalismo anticolonialista aparecer como elemento justificativo para as políticas argelinas de solidariedade, não ignora os fatores geopolíticos presentes no contexto, ainda que pouco discorra sobre os benefícios que a Argélia teria com esses apoios. Todavia, as conclusões de Cancela sobre a não verificação de uma materialidade efetiva do apoio argelino aos movimentos de libertação, que em sua visão teria se limitado majoritariamente à esfera política, estão equivocadas, sendo isto possível de se comprovar, por exemplo, através de análise de registros provenientes de participantes da luta de libertação em Angola, objeto deste trabalho.

A linha interpretativa do sentimento anticolonial como motivo principal da política de apoio da Argélia, presente nos trabalhos acima, foi contra argumentada por Patrícia McGowan Pinheiro, que articulou a cidade de Argel e a categoria do exílio para analisar a trajetória política de Humberto Delgado. Em seu trabalho, McGowan caminha no sentido completamente oposto de uma solidariedade embasada por um sentimento anticolonial, apresentando uma Argélia, na figura de Ben Bella, que ambicionava exclusivamente uma posição de poder no cenário internacional do terceiro mundo (MCGOWAN, 1998). Demonstrando as divisões internas da FLN e o impacto disso na situação dos exilados em Argel, as contribuições da autora renovaram a tendência sobre o apoio argelino, em especial sobre a questão da cidade como local de refúgio.

Um dos trabalhos mais recentes publicados no Brasil sobre a independência argelina, a tese de doutorado de Walter Lippold, defendida em 2019, também ajuda a preencher algumas lacunas dos trabalhos anteriores de língua portuguesa. Lippold apresenta a discussão sobre os esforços da FLN em produzir uma História oficial, que fosse capaz de unificar o povo argelino em torno de uma identidade comum, centrada especialmente na revolução protagonizada pela FLN e suprimindo as

contradições internas de uma ampla coalizão de grupos (LIPPOLD, 2019). Nesse sentido, apesar de não tratar especificamente sobre a política de apoio argelina aos movimentos de libertação, apresenta um caminho para repensar a noção de um nacionalismo argelino pautado no anticolonialismo, visto que esta concepção fora difundida em prol de um projeto de nação e não refletia necessariamente a realidade.

Ao adentrar nesse debate, o trabalho de Piero Gleijeses é capaz de demonstrar uma alternativa para as conclusões de McGowan em relação às motivações argelinas. Abordando a presença cubana na Argélia, Gleijeses demonstra a relação de Fidel Castro e Ahmed Ben Bella, com os cubanos enviando apoio militar durante a luta por independência e, posteriormente, atuando diretamente na Guerra do Deserto, conflito territorial entre Argélia e Marrocos (GLEIJESES, 2002, pp.31-57). Interessante para o objeto desta pesquisa é observar a sua análise da relação entre Cuba e Argélia de forma balanceada entre proximidade ideológica e questões geopolíticas, ou seja, não negando por completo a identificação entre os países através da luta anticolonial, mas também levando em conta os interesses materiais em fundar um bloco econômico entre os países recém independentes, como alternativa para a bipolaridade mundial.

Ademais, no mesmo ano de publicação de Gleijeses, Matthew Connelly lançou uma das obras mais relevantes em língua inglesa sobre o caráter das relações internacionais da Argélia (CONNELLY, 2002). A inovação do trabalho de Connelly consiste em argumentar que a independência argelina, na representação da FLN, foi um movimento transnacional, dando elevada relevância para a esfera das relações internacionais durante o conflito anticolonial. Seu trabalho aparece, mais de uma vez, em referências de trabalhos aqui abordados, como Cruz, Cancela e Lippold. Entretanto, o foco do historiador americano, no que se refere a tais relações, se limita a analisar as interações entre “Norte-Sul” global, em grande medida subestimando as relações “Sul-Sul”, seja na luta de libertação argelina ou na sua posterior política externa.

Uma outra visão sobre a mesma temática está presente no recente trabalho de Jeffrey Byrne, que expõe uma análise quase diametralmente oposta, ao enfatizar a importância das relações “Sul-Sul” durante a luta de libertação argelina e no pós-independência, debatendo diretamente com Connelly (BYRNE, 2016). A contribuição de Byrne reside em demonstrar como a articulação entre o terceiro mundo foi essencial para a defesa da soberania nacional dos países recém independentes, mas que ainda possuíam relações exploratórias com os antigos colonizadores, em especial no campo econômico. Nesse sentido, em similaridade com Gleijeses, realiza uma análise balanceada entre o pragmatismo e a proximidade ideológica que tangenciou as decisões argelinas.

Sobre a importância das relações internacionais no terceiro mundo para os movimentos de libertação lusófonos, o recente trabalho de Natalia Telepneva oferece uma perspectiva sobre a historiografia e sua relação com os projetos políticos na África pós-colonial (TELEPNEVA, 2022). Analisando o processo de independência de três colônias portuguesas, a autora demonstra que um dos objetivos primários dos estudos sobre os países recém independentes era desenvolver a História da resistência nacional ao colonialismo, alinhado com a narrativa das novas elites dirigentes, que se esforçaram para legitimar os projetos nacionalistas (TELEPNEVA, 2022, p.44). Nesse contexto, Telepneva argumenta a necessidade de inserir as lutas anticoloniais lusófonas para além do cenário interno, entendendo as relações desses grupos com outros movimentos revolucionários do continente e demais aliados internacionais, em contexto de Guerra Fria, para compreender, por exemplo, os grupos que assumiram o poder no pós independência.

A importância do anticolonialismo na construção da consciência nacional argelina estava já presente nas análises de Fanon e Sartre. Em uma Argélia construída pela França, englobando comunidades autóctones que pouco tinham em comum, o ódio ao colonizador ante à dura exploração foi elemento formador da consciência coletiva argelina. Ao final da dominação colonial, a Argélia livre assimilou a luta contra o colonialismo como dever argelino, em uma lógica de construção nacional que entendia que a nação independente, em uma África dominada pelo imperialismo, era frágil (FANON, 2022, p.132). Nesse sentido, o país magrebino tornou-se defensor de uma unidade do continente africano pautada na experiência comum do colonialismo, buscando o afastamento do caráter racial do movimento pan-africanista (OUA, 1969).

Ademais, o islamismo e a cultura árabe são fatores incontornáveis no movimento de formação nacional argelino. Apesar dos constantes esforços da França, que no período colonial realizou diversas ofensivas contra a cultura islâmica, os costumes ligados ao islã nunca deixaram de predominar na Argélia. Quando as vias legais eram ainda vistas como opções razoáveis para a conquista de autonomia, lideranças como Messali Hadj e Ferhat Abbas possuíam adesão popular considerável com pautas essencialmente religiosas. No processo de crescimento da FLN, a identidade árabe magrebina da Argélia nunca deixou de ser reivindicada.

Frantz Fanon, em 1958, analisava o fracasso da administração colonial francesa que, ao tentar banir o uso do *haik* - véu utilizado por mulheres, bastante comum no norte da África e associado ao Islã - acabou por mobilizar a população, que ressignificou a vestimenta tornando-a símbolo de resistência (CORRÊA, 2002, p.52). O caso específico do *haik* é capaz de ilustrar a forte presença dos argumentos de cunho religioso na consolidação da ideia de uma Argélia livre, que não foram

abandonados no processo de formação nacional em momento algum. Nesse contexto, a Argélia, em seu projeto nacional, ressalta o pertencimento ao mundo árabe, assim como ao continente africano.

Entretanto, se a conscientização nacional de forte base pan-africanista e pan-arabista ajuda a entender as movimentações argelinas pós independência, fatores econômicos também necessitam de atenção. O colonialismo é, antes de tudo, um fenômeno político que objetiva a exploração de recursos. Como demonstra Mike Davis, as economias europeias estavam, no final do século XIX e início do século XX, profundamente relacionadas com o imperialismo, tendo nas suas colônias o fornecimento de matérias primas e a constituição de mercados consumidores de produtos manufaturados (DAVIS, 2002).

Como aponta Pierre Bourdieu, no processo de colonização da Argélia a estrutura de produção das sociedades autóctones fora desmantelada em razão da substituição do sistema produtivo para a construção de uma economia de mercado, voltada para atender os interesses da metrópole (BOURDIEU, 2008). Desse modo, ao fim da guerra de libertação, com a saída em massa dos franceses e abandono das fábricas e terras produtivas, os argelinos tinham a tarefa de construir um sistema econômico capaz de servir novamente aos interesses internos.

Como exposto, a tendência mais antiga dos estudos sobre a política de apoio da Argélia caminha na direção de fatores identitários, sinalizando a forte presença de um sentimento anticolonial na formação nacional argelina, que se estenderia para todo o continente africano após a conquista da independência. Entretanto, produções recentes demonstram o esforço da FLN para produzir essa narrativa, em um contexto de centralização do poder. Nesse sentido, o anti-imperialismo evidente na política argelina relaciona-se com a tentativa de reestruturação econômica da Argélia, que entendia como necessária a consolidação da autonomia dos povos africanos e árabes, essencial para resistir às forças imperialistas no cenário pós-independência. Ademais, os refugiados em Argel podiam, em parte, suprir a falta de mão de obra que as fábricas, agora autogestionadas, sofriam no período.

OS ANGOLANOS NA MECA DAS REVOLUÇÕES

Holden Roberto foi recebido em Argel em 1963, sendo uma das primeiras visitas oficiais ao país. Tal fato é simbólico do momento da relação entre Argélia e os movimentos angolanos. Apesar de oferecer apoio também ao MPLA, estava clara a crença de que seria Roberto e a UPA os mais aptos a levarem adiante a luta colonial. Esta posição do país magrebino é de fácil entendimento quando observado o contexto angolano do período.

A UPA de Holden Roberto, agora Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), estava em plena expansão. Após a junção com a PDA, o grupo fundou o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), com inspiração direta no Governo Provisório da República Argelina, reclamando a legitimidade de representação internacional dos interesses angolanos para o movimento (TELEPNEVA, 2022, p.78). A criação do GRAE aumentava a pressão externa sobre o MPLA para se unificar ao FNLA.

Em sentido oposto ao movimento de unificação, as tensões entre os grupos cresciam. O líder da FNLA enfrentava sérias acusações de desvios de fundo, destinados à luta armada, enviados do exterior, e de ter sido mandante de assassinatos de membros do MPLA e da UPA. Em resposta, a FNLA afastou os autores da denúncia e passou a difundir a tese de ter sido o MPLA responsável por forjar tais acusações (BITTENCOURT, 2002, p.174).

Paralelamente, a racialização do embate entre os movimentos se perpetuava, com a constante acusação de o MPLA ser composto por brancos e mestiços, portanto incapazes de levar adiante a luta anticolonial. Ao mesmo tempo, a associação do grupo de Holden com a etnia *bakongo* perdia força desde a criação da nova frente. Enquanto para o MPLA a questão colonial era abordada como um conflito entre classes opostas, a FNLA entendia o fenômeno a partir da contradição racial, distinção que, entre outros fatores, dificultava qualquer tentativa de unificação entre os grupos (BITTENCOURT, 2002, p.172).

A tática do discurso racial era impactante no contexto angolano, impossibilitando o crescimento do MPLA. Essa análise estava sendo feita dentro de setores do próprio grupo, o que resultaria em um racha interno. Ao final, aqueles que acreditavam ser necessário o afastamento de brancos e mestiços dos quadros de direção do movimento foram vitoriosos (BITTENCOURT, 2002).

Uma das maiores derrotas do MPLA no período ocorreu em 1963, quando o relatório da missão da boa vontade - encomendada pelo comitê de libertação da OUA para avaliar a possibilidade de unificação da luta em Angola, e que em sua composição contava com representação argelina - foi divulgado. As crises internas do movimento foram expostas, e a avaliação da missão foi categórica em afirmar que a FNLA era o movimento mais capacitado para derrotar o colonialismo português. Este relatório embasou o encaminhamento da OUA, que determinou que o suporte financeiro do comitê para Angola seria direcionado para o GRAE, recomendando novamente a junção dos grupos. Entre os signatários da decisão, estava a Argélia de Ben Bella.

Apesar da intenção de junção dos movimentos nacionalistas angolanos e da maior proximidade da Argélia com a FNLA, as evidências materiais apontam que o apoio dado por Argel,

efetivamente não se limitou a um grupo específico. Por exemplo, os *Bureaus* de ambos os grupos encontravam-se em funcionamento já em 1964, o que não se alterou até o fim do governo de Ben Bella.

O oferecimento de treinamento militar, iniciado ainda durante os tempos de guerra na Argélia, não só teve continuidade como aumentou exponencialmente com a independência. Assim, grande parte da formação militar e política dos combatentes da FNLA e do MPLA ocorreu através do contato com os veteranos da FLN, geralmente em solo tunisiano onde ficavam as antigas bases do grupo argelino. O treinamento era realizado para turmas de cerca de 100 pessoas e durava cerca de 1 ano, com foco em táticas de comunicação militar, manuseio de armas e técnicas de guerrilha. Ao fim do estágio militar, as tropas argelinas forneciam 2 uniformes para cada combatente e cuidavam da logística e dos custos necessários para o retorno à Angola, o que nem sempre era uma tarefa simples (JORGE, 1997).

O envio de armas, através do Congo-Brazzaville, também era dividido para os movimentos, apesar da dificuldade relatada por membros do MPLA de retirar os equipamentos bélicos (LARA, 2006, p.340). A promessa do envio de armamentos foi realizada por Ben Bella ainda em 1962, no discurso citado no início do capítulo, e apenas foi concretizada no ano seguinte, após a visita de Holden Roberto e de Mário de Andrade. Entretanto, a logística do envio era mais fácil para o FNLA do que para o MPLA, visto que a rota mais simples de ser utilizada era via território congolês, onde o grupo de Holden Roberto possuía facilidade para atuar e, em contrapartida, o MPLA se encontrava em uma posição precária (TELEPNEVA, p.78).

Ainda assim, o fornecimento de armamento ocorreu de modo significativo, especialmente se for levado em consideração a quantidade de equipamentos que o exército argelino possuía. Em um momento de reorganização do MPLA, a Argélia manteve o auxílio, apesar da recomendação da OUA de apoiar exclusivamente o GRAE. Nesse período, as operações do grupo foram deslocadas de Leopoldville para Brazzaville, por onde receberam armamentos e vestimentas advindas da FLN para recomençar a luta armada na região da Cabinda, após de um intenso período de crise interna. De acordo com Paulo Jorge, que atuou como representante do MPLA em Argel por cerca de 2 anos, o apoio da Argélia foi essencial neste momento de dificuldade de captação de recursos.

A Argélia foi palco de uma das mais emblemáticas guerras de libertação do século XX. Os 7 anos de conflito e a estratégia de internacionalização do confronto anticolonial por parte da FLN tornaram o país um símbolo da luta do terceiro mundo, o que teve continuidade com a conquista da

independência. A Meca das Revoluções viveu um período de grande euforia no imediato pós independência, dando início ao ambicioso projeto de libertação e unificação do continente africano.

A relação dos argelinos com os combatentes angolanos é um dos aspectos chaves para entender esta conjuntura internacional. Em um momento inicial, a figura principal desta relação foi Frantz Fanon, que atuava diretamente com o intuito de fomentar novas frentes de combate ao colonialismo. Sendo próximo de Holden Roberto, Fanon influenciou os dirigentes argelinos a priorizarem o seu grupo, o FNLA, nas discussões internacionais como o representante da luta angolana. Todavia, diferentemente da maioria dos países da África, a Argélia jamais deixou de ter relações com o MPLA, fornecendo igualmente treinamento e armamentos para o grupo.

O golpe militar sofrido por Ben Bella significou um esfriamento do protagonismo argelino na esfera internacional. Com a ascensão de Boumediene, as ambições revolucionárias argelinas que datavam do momento anterior à independência perderam forças, e apesar de os discursos se assemelharem em muitos aspectos, as práticas oficiais da Argélia ganharam tons pragmáticos e moderados. Nesse contexto, a relação com os combatentes angolanos também foi afetada, e os auxílios diretos aos grupos passaram a ser exclusivamente realizados através do Comitê de Libertação da OUA, em contraste com os apoios extras efetuados nos anos anteriores.

Durante todo esse período, os governantes argelinos jamais conseguiram contornar totalmente as questões raciais do movimento pan-africanista, que impedia uma aproximação mais concreta e permanente entre os dois polos do grande deserto. A evocação do anticolonialismo como principal elemento de união do continente foi uma constante na oratória tanto de Ben Bella quanto de Boumediene, estratégia que era bem sucedida em relação aos países da África mais simpáticos às ideias revolucionárias, mas que nunca funcionou em grande escala na chamada África moderada.

Por fim, deve-se destacar a importância do apoio argelino no momento inicial da luta em Angola, especialmente na região da Cabinda. Como exposto neste trabalho, em um momento de dificuldade para o MPLA, onde poucos países e entidades reconheciam sua legitimidade e, portanto, enviavam auxílio, os argelinos mantiveram a política de treinamento e fornecimento de armas, o que foi essencial para a retomada das ações armadas do grupo. Todavia, o problema logístico do Zaire persistiu durante toda a década de 60, o que impediu maiores auxílios direcionados ao MPLA.

FONTES PRIMÁRIAS

JORGE, Paulo. **Paulo Jorge (depoimento,1997)**. Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem, (1h40min).

LARA, Lúcio. **Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara (Vol. I - 1961-1962)**. Lúcio Lara, Lisboa, 2006.

_____, Lúcio. **Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara (Vol. II - 1961-1962)**. Lúcio Lara, Lisboa, 2006.

_____, Lúcio. **Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara (Vol. III - 1963-1964)**. Lúcio Lara, Lisboa, 2006.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Speeches and Statements Made at the First Organization Of African Unity (O.A.U) Summit**. Addis Abeba, 1963.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGERON, Charles. **Modern Algeria: a History from 1830 to the present**. Hurst Company, Londres. 1991

BITTENCOURT, Marcelo. **"Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)**. 2002. Tese de doutorado. História Social, Universidade Federal Fluminense, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Argelia: **imágenes del desarraigo**. Madri: Centro de Estudios Mexicanos y Centro Americanos, 2008.

BYRNE, Jeffrey. **Mecca of Revolution: Algeria, decolonization and the third world order**. Oxford: Oxford University Press, 2016

CANCELA, Diego. **"Solidariedade Internacional" - A Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais e Antifascistas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2014.

COOPER, Frederick. **Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África** IN: Cooper, Frederick et alli. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CONNELLY, Mathew. **A Diplomatic Revolution: Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. pp.51-72

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. A criação do terceiro mundo. São Paulo: Veneta. 2002

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. São Paulo: Zahar, 2022.

_____. **A Argélia se desvela.** In: CORRÊA, Mariza (org). Ensaio sobre a África do Norte. São Paulo: IFCH/UNICAMP, n°46, 2002.

GLEIJESES, Piero. **Conflicting Missions.** Havana, Washington, and Africa, 1959-1976. The University of North Carolina Press, 2002

LIPPOLD, Walter. **Frantz Fanon e a Rede Intelectual Argelina:** circulação de Ideias revolucionárias e sujeito coletivo no jornal El Moudjahid (1956-1962). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. pp.28-3

MORTIMER, Robert A.. **The Algerian Revolution in Search of the African Revolution.** The Journal of Modern African Studies, Vol. 8, No. 3 (Oct., 1970)

PINHEIRO, Patrícia. **Misérias do Exílio:** Os últimos meses de Humberto Delgado. Alpiarça: Contra-Regra, 1998.

PRASHAD, Vijay. **The darker nations:** a people's History of the third world. New York: The New Press, 2008.

TELEPNEVA, Natalia. **Revolutionaries:** the portuguese empire and the rise of african nationalism. In: Cold War Liberation: The Soviet Union and the collapse of the Portuguese empire in Africa, 1961-1975.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina.** São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

_____, Mustafa. **Argélia:** a guerra e a independência. São Paulo: Brasiliense, 1983.